

A COVID-19 EM MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS - VOL.1

TRABALHO, ESTADO E SOCIEDADE

ORGANIZADORES

RENATO KOCH COLOMBY

JULICE SALVAGNI

CIBELE CHERON





Prof. Me. Gil Barreto Ribeiro (PUC Goiás)

Diretor Editorial
Presidente do Conselho Editorial

Dr. Cristiano S. Araujo

Assessor

Larissa Rodrigues Ribeiro Pereira

Diretora Administrativa
Presidente da Editora

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Solange Martins Oliveira Magalhães (UFG)
Profa. Dra. Rosane Castilho (UEG)
Profa. Dra. Helenides Mendonça (PUC Goiás)
Prof. Dr. Henryk Siewierski (UnB)
Prof. Dr. João Batista Cardoso (UFG Catalão)
Prof. Dr. Luiz Carlos Santana (UNESP)
Profa. Me. Margareth Leber Macedo (UFT)
Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno (UFG)
Prof. Dr. Nivaldo dos Santos (PUC Goiás)
Profa. Dra. Leila Bijos (UnB)
Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá (UFPR)
Profa. Dra. Telma do Nascimento Durães (UFG)
Profa. Dra. Terezinha Camargo Magalhães (UNEB)
Profa. Dra. Christiane de Holanda Camilo (UNITINS/UFG)
Profa. Dra. Elisângela Aparecida Pereira de Melo (UFT)
Prof. Ms. Euvaldo de Sousa Costa Junior (UFPI)

Renato Koch Colomby
Julice Salvagni
Cibele Cheron
Organizadores

A COVID-19 EM MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

Volume I

TRABALHO, ESTADO E SOCIEDADE

1ª edição

Goiânia - Goiás
Editora Espaço Acadêmico
- 2020 -

Copyright © 2020 by Renato Koch Colomby, Julice Salvagni e Cibele Cheron

Esta obra contou com um processo de avaliação por pares em um sistema double blind review. Registra-se o agradecimento aos pareceristas que participaram desse processo.

Editora Espaço Acadêmico

Endereço: Rua do Saveiro, Quadra 15, Lote 22, Casa 2

Jardim Atlântico - CEP: 74.343-510 - Goiânia/Goiás

CNPJ: 24.730.953/0001-73

Site: <http://editoraespacoacademico.com.br/>

Contatos: Larissa Pereira - (62) 98230-1212

Editoração: Franco Jr.

Imagem de Capa: Fachada do Sindicato dos Bancários em Porto Alegre, RS.

Fonte: Acervo da Assessoria de Comunicação do Sindicato.

Projetado por Harryarts.com - freepik.com

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

C873 A Covid-19 em múltiplas perspectivas [livro eletrônico] / Organizadores Renato Koch Colomby, Julice Salvagni e Cibele Cheron. - 1. ed. - Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2020.
v. ; Ebook.

Conteúdo: v. 1. Trabalho, Estado e sociedade.

Inclui referências bibliográficas

ISBN: 978-65-00-11558-1

1. Covid-19. I. Colomby, Renato Koch (org.). II. Salvagni, Julice (org.).
III. Cheron, Cibele (org.).

CDU 616-036.21

A redação dos capítulos desta obra, quanto à forma e conteúdo,
é de inteira responsabilidade dos autores.

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

O PLANO COMO APOSTA: COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RS

Agnes Nogueira Gossenheimer¹

Paulo Ricardo Zilio Abdala²

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 trouxe desafios inéditos no campo do planejamento público estatal. No contexto brasileiro, a falta de centralização de políticas de combate à pandemia em nível federal empurrou para estados e municípios a tarefa de organizar uma reação, evitando o colapso do sistema de saúde e um maior número de mortes. O estado de calamidade pública decretado por governantes de 25 unidades federativas brasileiras traz contornos dramáticos a um cenário complexo, desafiador e movediço, no qual o status social e sanitário da pandemia se modifica constantemente.

Tal fato é agravado pelas disputas em torno da suspensão ou manutenção das atividades econômicas e da restrição ou livre circulação de pessoas, a tão discutida suposta dicotomia entre saúde e economia.

Examinando a condução da gestão da crise no estado do Rio Grande do Sul (RS), elemento de análise deste ensaio, torna-se perceptível o esforço dos governantes para enfrentar a situação, desenhando políticas mais elaboradas na medida em que mais conhecimento sobre as variáveis do jo-

¹ Doutora em Ciências Farmacêuticas. Farmacêutica coordenadora do Cuidado Farmacêutico na Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. H-4813-2016. E-mail: agnes-gossenheimer@saude.rs.gov.br

² Doutor em Administração. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração e da Graduação na Escola de Administração da UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora. H-1977-8424. E-mail: paulo.abdala@ufrgs.br

go foi adquirido. As diversas idas e vindas nos decretos estaduais que decidiram sobre quais atividades poderiam ou não funcionar, expressam, de maneira exacerbada, a dificuldade de planejar em um contexto de incerteza e de disputas.

O planejamento do isolamento social, movimento necessário e amplamente utilizado mundialmente para combater a disseminação da doença, trata-se de uma aposta, um processo social que nega a racionalidade previsível do plano e do planejador, crença sustentada na suposta separação entre técnica e política. Ao interagir com fatores situacionais dinâmicos e com atores sociais possuidores de diferentes graus de influência política e interesse nas jogadas que movimentaram o tabuleiro do combate à pandemia no RS ao longo do tempo, os planejadores públicos buscaram a governabilidade possível, equilibrando-se entre um enorme rol de fatores não controláveis.

Não há, portanto, como compreender tal planejamento sem lançar mão de uma perspectiva que adote a política como parte essencial do Governo e da Administração Pública, e que admita a impossibilidade de existir um planejador normativo, capaz de controlar racionalmente o desenrolar dos fatos, como se fosse um semideus. A perspectiva da teoria social do chileno Carlos Matus, e sua visão do planejamento como um processo social, é capaz de explicar o desenrolar dos fatos aqui narrados com a perspicácia de quem compreendeu que o planejamento é, na melhor das hipóteses, uma aposta em um jogo semicontrolado, no qual: “os fundamentos das apostas de um governante são tanto mais sólidos quanto maior for o peso das variáveis que controla em relação ao das que não controla, e são mais débeis se as variáveis que controla forem poucas e de pouco peso” (MATUS, 1993, p. 23).

A visão de Matus sobre o planejamento é capaz de explicar grande parte dos processos administrativos de governos, especialmente em espaços de disputa e construção, ficando sua contribuição mais evidente ainda em um momento extremo como o enfrentado no combate à Covid-19, ilustrado aqui pelo exemplo do estado do RS.

O texto que segue inicia por uma breve apresentação sobre Carlos Matus e os elementos de sua teoria sobre planejamento. A segunda parte

traz uma análise sobre o desenvolvimento da política de combate à pandemia de Covid-19 no RS, trazendo como ilustrações das disputas em torno dos rumos do planejamento: a abertura da atividade econômica e a volta do futebol. Por fim, são realizadas breves reflexões sobre a vitalidade do pensamento de Carlos Matus, além de uma discussão sobre oportunidades futuras de pesquisa com base na temática em tela.

2. CARLOS MATUS E A TEORIA SOCIAL DO PLANEJAMENTO

Carlos Matus, chileno e ministro de Economia do Governo de Salvador Allende, é um dos mais conhecidos autores latino-americanos sobre planejamento social. Ganhou notoriedade acadêmica por desenvolver o Planejamento Estratégico Situacional (PES), uma metodologia de planejamento participativa e construída desde baixo, utilizada em diversos cantos da América Latina por organizações públicas e/ou populares. Já em 1969, em *Estrategia y Plan*, nos primórdios de sua construção intelectual, o autor já deixava claro que o conceito de estratégia de desenvolvimento deveria expressar uma síntese entre os planos econômico e político, compreendidos como inseparáveis (MATUS, 1969).

Matus parte de uma base teórica da ação social, chamada de Teoria do Jogo Social, ancorada na “produção social como um processo predominantemente político” (ZAMBRANO, 2008, p. 9). Há, portanto, na arena social, uma constante disputa e cooperação entre atores com o poder de influenciar o rumo dos acontecimentos em conjunto ou a partir de seus próprios movimentos, sempre condicionados uns pelos outros, não existindo determinação prévia possível para os fatos sociais.

Deriva desta fundamentação a Teoria do Jogo Social, base de sua perspectiva sobre planejamento. O plano, para Matus (1991, p. 29), sempre é um processo de combinação de cálculos e apostas, o que faz com que a planificação seja “a teoria de um jogo semicontrolado a serviço da prática racional da ação humana”. Tal jogo se caracteriza pelo fato de que todos os participantes são estrategistas criativos que cooperam e competem pe-

los recursos limitados que o jogo distribui em cada momento. Nesse caso, o suporte essencial para tomar uma decisão é o julgamento do apostador, que pode se refinar com a experiência e com o aprendizado na leitura de cenários. “Na vida real, governa-se e planifica-se num jogo semicontrolado, e isto altera todas as nossas bases de pensamento sobre a planificação” (MATUS, 1991, p. 30).

Um governante deve aprender a jogar o jogo social. Um estadista é aquele que tem domínio sobre o jogo semicontrolado, compreendendo sua dinâmica intelectual e artisticamente. O domínio intelectual depende de: (1) saber explicar a realidade do jogo; (2) saber delinear propostas de ação sob forte incerteza; (3) saber pensar estratégias para lidar com os outros jogadores e com as circunstâncias nas ações a serem tomadas rumo a um objetivo; e (4) saber fazer, no momento oportuno e com eficácia, a complementação ao plano por meio da improvisação.

A incerteza faz parte do jogo social, conforme as características já mencionadas. A governabilidade deve ser construída estrategicamente, considerando o conhecimento das variáveis políticas que interferem na realidade a partir dos atores que dinamizam o jogo. Todo plano é uma cadeia de apostas e, como tal, suscetível a erros que criam necessidades de adaptação, já que

nenhuma técnica de planificação é segura diante da incerteza do mundo real e, enfim, devemos nos apoiar em nossa capacidade para acompanhar a realidade e corrigir nossos planos. Por isso, muito mais importante que formular um plano é a capacidade contínua de planificação para refazer os cálculos a tempo e toda vez que as circunstâncias o mereçam (MATUS, 1991, p. 40).

Por fim, resta evidenciar que todo planejamento, mesmo governamental, enfrenta a resistência de outros atores que planejam e que se opõe à proposta em tela, perseguindo outros objetivos. Todo plano tem oponentes e aliados, sendo necessário levar em consideração os outros. Para que um objetivo seja alcançado é necessário negociar ou construir as condições sociais para que as relações conflitivas sejam resolvidas. Trata-se, em resumo,

em uma leitura estratégica que se desenrola em um momento tático-operacional (MATUS, 1984, p. 10).

3. O COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O primeiro caso confirmado de Covid-19 no RS foi em 29 de fevereiro de 2020. Depois de um mês, o Estado já tinha 308 casos, saltando para 2100 em dois meses, 11.416 em três meses e 26.941 em quatro meses, totalizando 614 óbitos até seis de julho de 2020.

A organização das ações relacionadas ao combate à Covid-19 iniciou de forma preventiva no estado antes mesmo do primeiro caso. Desde o princípio o foco em nível estadual esteve relacionado ao controle da velocidade de disseminação da doença, ganhando tempo para agir na ampliação da estrutura de atendimento aos casos graves. A seguir, é apresentado um quadro que demonstra as ações do Executivo estadual ao longo do tempo no combate à pandemia.

Quadro 1. Linha do tempo das ações de combate à pandemia

Data	Ação do Estado
28 de janeiro	Criação do Centro de Operações de Emergências (COE) e plano de contingência.
29 de fevereiro	Primeiro caso do estado.
02 de março	Primeiro comunicado sobre Covid-19. Informes sobre antecipação da vacina da gripe e repasses financeiros para leitos de alta complexidade.
12 de março	Assinado o decreto que contém orientações a respeito do novo coronavírus. Calamidade pública e suspensão de eventos.
16 de março	Suspensão das aulas das redes públicas e privadas.
19 de março	Banrisul anuncia primeiras medidas para reduzir prejuízos econômicos causados pelo novo coronavírus.

Data	Ação do Estado
21 de março	As praias, lagoas e rios do Rio Grande do Sul estão interditados a partir da publicação de novo decreto.
24 de março	Repases da reunião com o presidente da República. Temas tratados indicam preocupações sanitárias e econômicas.
25 de março	Primeiro óbito. Reunião de urgência com governadores em relação à recomendação do presidente sobre flexibilização.
26 de março	Ampliação do mapeamento dos casos.
30 de março	Lançamento de pesquisa da UFPEL para monitorar a incidência da doença no estado.
01 de abril	Fechamento, em caráter excepcional e temporário, dos estabelecimentos comerciais situados no território gaúcho.
04 de abril	Estado inicia distribuição de cloroquina.
09 de abril	Início de um monitoramento amplo, universal e integrado da taxa de ocupação das UTIs do estado, dividido por região.
16 de abril	As novas regras do governo estabelecem que as prefeituras, com exceção dos municípios das regiões metropolitanas de Porto Alegre e da Serra Gaúcha, poderão autorizar a abertura do comércio, desde que baseadas “em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde”.
21 de abril	Governador realiza uma reunião para debater as diretrizes de um modelo de combate à pandemia que veio a ser chamado de distanciamento social controlado.
23 de abril	Encerra-se o prazo para que a sociedade envie sugestões e questionamentos ao modelo de distanciamento social controlado.
30 de abril	É lançado em operação o modelo de distanciamento social controlado, baseado em cores de bandeiras que indicam o que pode ou não funcionar de acordo com a taxa de ocupação das UTIs de uma determinada região.
06 de maio	Taxa de ocupação de leitos começa a ser monitorada em tempo real.
07 de maio	Em debate virtual, governador discute perspectivas para o turismo no RS e amplia testagem.
08 de maio	Inicia o uso de leitos privados pelo SUS.

Data	Ação do Estado
11 de maio	Em novo decreto, governo mantém suspensão de aulas em escolas e universidades em todo RS.
13 de maio	São divulgados os primeiros dados da pesquisa da UFPEL.
14 de maio	Shoppings autorizados a reabrir, mas com restrição em serviços de buffets e provedores de roupas. RS recebe R\$ 174 milhões da banca federal para custos com saúde.
15 de maio	Governo divulga primeira atualização do modelo de distanciamento controlado.
18 de maio	Governo cria comitê para acompanhar protocolos e bandeiras do distanciamento controlado.
19 de maio	Governo lança site que reúne informações sobre o novo coronavírus.
21 de maio	Leite e demais governadores pedem recursos do auxílio emergencial ainda em maio.
27 de maio	Anúncio de que aulas nas redes pública e privada seriam retomadas em modelo de ensino remoto a partir de 1º de junho.
01 de junho	Governança retoma os ciclos de acompanhamento dos projetos estratégicos da gestão. Governo distribui R\$ 8,34 milhões para projetos de inovação tecnológica e de enfrentamento à pandemia.
05 de junho	Estado é destaque em ranking de transparência de dados sobre a Covid-19.
08 de junho	Cinco regiões no estado têm sinal de alerta para piora nos indicadores que monitoram a pandemia de Covid-19.
16 de junho	Governo anuncia mudanças na divulgação das bandeiras do distanciamento controlado, permitindo que os prefeitos façam recursos antes da oficialização da cor da bandeira.
17 de junho	O governador Eduardo Leite participa da abertura da Comissão Externa de Combate à Covid-19 da Câmara dos Deputados. Com o tema “Os planos de retomada das atividades comerciais”.
28 de junho	Governo recebe 67 recursos na oitava rodada do distanciamento controlado.
02 de julho	“Os próximos 15 dias serão cruciais. Se puder, fique em casa”, alerta governador.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A leitura do quadro demonstra apenas um lado da história. Cada decisão que envolveu modificações no grau de isolamento durante o combate à pandemia foi precedida e seguida de muito debate e resistência de atores com interesses divergentes. Tais momentos são como rodadas de um jogo social, com os diferentes jogadores utilizando seus recursos para tentar fazer prevalecer o caminho que conduz a seus objetivos.

Para melhor ilustração do que vem sendo explicado, apresentamos a seguir as polêmicas em torno das restrições às atividades econômicas e da volta do futebol. Possivelmente, as disputas mais contundentes no processo de planejamento aqui estudado ocorrem no campo da economia. Baseado em uma falsa ideia de que a economia é uma esfera social isolada dos demais elementos do tecido social, como o campo da saúde, entidades representantes setoriais, empresários e políticos (além de outros atores) têm atuado de maneira contundente contra as restrições das atividades econômicas.

Após o fechamento do comércio, no início de março, a reação imediata foi uma demonstração de respeito às recomendações sobre medidas preventivas à Covid-19. Com o passar do tempo, as mesmas entidades se organizaram para reivindicar o retorno das atividades. “A Federação da Câmara dos Diretores Lojistas do RS clama ao Chefe do Poder Executivo estadual para que ele volte a flexibilizar de imediato tais restrições, pois a situação estabelecida já está gerando efeitos colaterais a partir da economia que são mais destrutivos do que o próprio coronavírus” (KOCH, 2020, *online*). O trecho abaixo, de certa forma, resume este sentimento.

Estamos sendo cerceados das nossas atividades sem direito a fazer um contraponto. Essa situação gera um problema muito grande. As pessoas não conseguem atender aos seus compromissos financeiros e estão vendo os negócios escorrendo pelas mãos” (GAÚCHAZH, 2000, *online*)

Desde meados de abril são recorrentes passeatas e carreatas em diversos municípios gaúchos contra o fechamento do comércio, como a realizada na manhã de sexta-feira, dia 26 de junho, em Porto Alegre. Nesse dia,

por exemplo, cerca de 300 membros da Associação das Academias Gaúchas Unidas (AAGU) protestaram em frente ao Palácio Piratini, residência oficial do governador do RS. A reivindicação dos profissionais era para que as atividades físicas fossem incluídas na lista de atividades essenciais, garantindo o funcionamento das academias mesmo durante os períodos de bandeira vermelha (SOPRANA, 2020). Em uma das faixas pode ser lida a frase: o comércio não é o vilão.

Desde o início do isolamento social controlado, implementado em 11 de maio, por duas vezes foram editadas medidas que abrandaram as normas. Primeiro, foi permitido que somente casos positivos internados fossem definidores para a cor das bandeiras (antes valiam, também, número de positivos), depois foi autorizado que os municípios “com bandeiras amarelas ou laranjas estabelecessem regras próprias dentro dos critérios de distanciamento, que podiam ser mais flexíveis, contanto que passassem pelo crivo do Executivo estadual” (BEMFICA, 2020, *online*).

Com a chegada do inverno no mês de junho vieram junto o frio e um relevante aumento da ocupação dos leitos de UTI, fazendo com que diversas regiões do estado passassem para bandeira vermelha. Ante a este cenário, a abertura gradual do comércio foi interrompida e os parâmetros do isolamento mais uma vez endurecidos. Aos poucos, todas as atividades não essenciais foram sendo fechadas, causando uma reação imediata entre as entidades representativas dos empresários e os prefeitos.

No dia 15 de junho, a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS) lançou um manifesto junto com sindicatos empresariais. O documento argumenta contra as medidas de isolamento social, consideradas “desproporcionais à sua efetiva necessidade”, apelando para uma política menos restritiva de isolamento social. Segundo eles, a política do governo do RS poderia adotar medidas mais pontuais e específicas “cujo custo econômico e social é menor e cuja efetividade para a obtenção de seus objetivos é muito superior” (FECOMÉRCIO, 2020, *online*). Em nenhum momento, no entanto, fica clara qual seria efetivamente a proposta defendida.

Já em 23 de junho, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) também se manifestou contra as medidas restritivas. O presidente em exercício na organização “ressalta, ainda, que com o comércio fechado a indústria não desova sua produção, não vende o que produz, o Estado não arrecada impostos e a sociedade toda perde” (FIERGS, 2020, *online*).

A pressão também se origina com muita força nas prefeituras dos municípios atingidos pela bandeira vermelha. Muitos impetraram recursos na tentativa de modificar a cor da bandeira, buscando voltar para o laranja. Outros ameaçaram não cumprir com o decreto estadual. Em meio a esta disputa, um terceiro ator, o Ministério Público, passou a notificar as prefeituras sobre a obrigatoriedade do cumprimento das determinações do governo do RS, alertando que qualquer resolução municipal só pode ser mais restritiva que o decreto estadual em vigor.

Diversos elementos trazidos por Matus podem ser observados na ilustração apresentada. A incerteza causada por uma doença desconhecida por si só já seria causadora de uma dificuldade em prever os movimentos do jogo, transformando o plano em algo muito próximo da aposta. Entretanto, ante o incentivo do Governo Federal para a abertura das atividades econômicas e a insistência na tese da “economia primeiro” de prefeitos, preocupados com a popularidade em suas cidades, empresários e suas entidades representativas, a dificuldade na leitura de cenários foi aprofundada.

O jogo de cordas, no qual cada um estica e puxa sua ponta para seu lado, faz com que o Executivo do RS ceda espaço, mesmo tendo o poder discricionário do Estado ao seu lado. A cooperação entre os atores que agem em prol do afrouxamento das restrições comerciais foi fundamental para que essa pressão chegasse até o nível atual, no qual, em meio ao pico da pandemia, se avolumam críticas ao modelo de isolamento social. Ante a este jogo aberto, a opinião pública encontra-se dividida, gerando ainda mais incertezas aos movimentos dos jogadores.

Além da economia, outro exemplo emblemático de disputa versa sobre a possibilidade de retorno do futebol profissional e seus campeonatos. A aparente banalidade da temática é proposital, pois demonstra que a força

política dos atores na disputa do jogo semicontrolado pode reverter o cenário favoravelmente a interesses econômicos de atividades consideradas secundárias, mesmo em meio a uma crise de saúde sem precedentes.

Os dois principais times de futebol do RS, Internacional e Grêmio, ocupam grande espaço na mídia gaúcha. São diversos programas especializados de rádio e televisão, além de portais de internet e mídias sociais. Isso representa um grande mercado em termos financeiros, movimentando dinheiro tanto nos clubes, a partir de suas receitas com sócios, jogos e vendas de produtos e atletas, quanto na imprensa especializada, com seus patrocinadores em busca de sua audiência fanática.

Para problematizar o tema em tela será utilizado o exemplo da Rede Brasil Sul (RBS), maior grupo de comunicação do estado. Por questões de restrição de espaço, utilizaremos as colunas do jornalista Pedro Ernesto Denardin, um dos mais conhecidos narradores esportivos e apresentador do programa de rádio *Sala de Redação*, uma das maiores audiências do rádio gaúcho, como elemento balizador para ilustrar os fatos.

A primeira fase das colunas sobre a Covid-19 do jornalista foi marcada por um posicionamento cauteloso sobre a doença. Em 23 de março, o comunicador publicou uma coluna com a chamada “Fique em casa: somos os soldados deste exército que vai ganhar a guerra contra o coronavírus”. Nesse texto, ele menciona a importância do cuidado, demonstrando certa emoção com a situação e um tom de otimismo para o futuro (DENARDIN, 2020a). Alguns dias depois, publicou outra coluna na qual compara o combate ao vírus a um jogo de futebol no qual seria importante jogar retransmitido para ganhar (DENARDIN, 2020b) e outra comparando as mil mortes por dia na Itália a uma guerra, afirmando que pensar no retorno ao futebol nessas circunstâncias seria uma insanidade (DENARDIN, 2020c). Tal posição seguiu similar um mês depois, quando, no final de abril, reiterou um pedido de cautela, ao afirmar que clubes necessitavam ter os pés no chão para a volta ao futebol (DENARDIN, 2020d).

A entrada no mês de maio marcou uma modificação no discurso do narrador. Já no dia sete, afirmava que faltavam soluções para a volta do fu-

tebol e que os prejuízos financeiros dos clubes envolveriam demissões (DENARDIN, 2020e). A partir desse momento, o retorno das competições se tornou tema recorrente de sua coluna. Diversos argumentos foram sendo construídos, utilizando desde o mapeamento de outros países nos quais o esporte estava voltando, até a cobertura de posicionamentos dos clubes e atletas em favor do retorno e ameaças de falência.

O discurso, finalmente, atinge um tom de pressão quando, no dia 25 de maio, afirma que a situação do estado permitia condições para a volta imediata do futebol, assegurando que as condições sanitárias de então eram muito boas (DENARDIN, 2020f). A realidade, no entanto, é que não existia melhoria alguma em termos de indicadores. Os números de infectados seguiam subindo em uma taxa acelerada. Entre 18 de maio e 25 de maio, por exemplo, foram relatados 3005 novos casos de Covid-19, praticamente duplicando o número existente até então.

A chegada do mês de junho trouxe novo grau de radicalidade ao discurso, correndo em paralelo com o aumento exponencial do número de casos e da taxa de ocupação no estado. No dia 16, os que eram contra a volta do futebol foram chamados na coluna de demagogos, já que os clubes haviam se preparado com diversas medidas de precaução. Cabe ressaltar que, apesar de todo este cuidado, e sem a volta total aos treinos, quatro atletas do Internacional testaram positivo ainda em junho. Alheio a tais fatos, o jornalista chegou ao ápice da pressão em uma coluna intitulada: “O que falta para liberar o retorno do futebol, governador?”. Demonstrando irritação com o fato de que o governador havia dito que o futebol não era prioridade, clamava pela volta imediata do esporte, argumentando ser uma atividade capaz de distensionar as pessoas (DENARDIN, 2020g). Em meio a estas disputas, o time do Grêmio ameaçou ir a Santa Catarina para voltar a treinar plenamente, outro movimento de pressão ao Executivo do RS que foi saudado e corroborado por diversos jornalistas da imprensa esportiva local.

De toda essa polêmica resultaram notícias recentes de que o governo do estado deve flexibilizar a volta aos treinamentos nos clubes e, em bre-

ve, permitir a retomada do futebol competitivo no RS. Tudo isso durante a pior semana em termos de indicadores de ocupação de leitos desde o início do estado de calamidade, com dez regiões em bandeira vermelha. Não há qualquer argumento técnico ou sanitário capaz de explicar tal mudança de planejamento, a não ser o fato de que a pressão exercida por parte da imprensa e dos clubes surtiu efeito. Trata-se de um fato social movido exclusivamente pela influência das forças políticas que empurraram o peão do isolamento social controlado duas casas para o lado, ganhando, ao menos momentaneamente, o cabo de força.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio buscou-se demonstrar, a partir da análise de elementos do combate à pandemia de Covid-19 no estado do RS, que o planejamento, como compreendido por Carlos Matus, é uma perspectiva que permite explicar a realidade. O plano não é uma peça racional e fria capaz de movimentar recursos rumo a um objetivo prefixado. Não depende exclusivamente do planejador, seja ele governante ou não, o controle do rumo para o qual se direciona a realidade.

Das diversas forças que agem no jogo semicontrolado, como demonstrado nos casos das disputas em torno da economia e do futebol, resulta o local de chegada, o que de fato ocorre a partir da divergência (ou convergência) de interesses e posições. Percebe-se, portanto, que o pensamento de Carlos Matus segue atual e renovado pelas circunstâncias.

A restrição de espaço não permitiu um aprofundamento teórico maior, porém considera-se que a abordagem em tela possui potencial para ser mais desenvolvida. Da mesma forma, as próprias políticas de combate à Covid-19 precisam ser pesquisadas para que o aprendizado gerado por estes tempos incertos e estranhos não se perca no tempo. As crises, por vezes, expõem com força a realidade de nossas contradições e diferenças, sendo oportunidades para conhecer melhor o jogo social e seus jogadores.

REFERÊNCIAS

DENARDIN, Pedro. Clubes brasileiros precisam ter os pés no chão para avaliar retorno do futebol. *ClickRBS*, Coluna de Pedro Ernesto Denardin, online, 2020d.

DENARDIN, Pedro. O que falta para liberar o retorno do futebol, governador? *ClickRBS*, Coluna de Pedro Ernesto Denardin, online, 2020f.

DENARDIN, Pedro. Prever algum campeonato esportivo neste momento é um ato de insanidade. *ClickRBS*, Coluna de Pedro Ernesto Denardin, online, 2020c.

DENARDIN, Pedro. Retrancados e sem sair, assim poderemos. vencer o coronavírus. *ClickRBS*, Coluna de Pedro Ernesto Denardin, online, 2020b.

DENARDIN, Pedro. Situação no Estado dá condições para o retorno rápido do Gaúcho. *ClickRBS*, Coluna de Pedro Ernesto Denardin, online, 2020e.

DENARDIN, Pedro. Somos os soldados deste exército que vai ganhar a guerra contra o coronavírus. *ClickRBS*, Coluna de Pedro Ernesto Denardin, online, 2020a.

FECOMÉRCIO. Fecomércio-RS e sindicatos empresariais divulgam manifesto contra medidas de restrição generalizada para atividades econômicas. *FECOMÉRCIO*, online, 2020. Disponível em: <http://fecomercio-rs.org.br/2020/06/15/fecomercio-rs-e-sindicatos-empresariais-divulgam-manifesto-contramedidas-de-restricao-generalizada-para-atividades-economicas/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

FIERGS. Fiergs destaca que mudanças constantes e restrições às atividades da indústria geram insegurança. *Fiergs*, online, 2020. Disponível em:

<https://www.fiergs.org.br/noticia/fiergs-destaca-que-mudancas-constantes-e-restricoes-atividades-da-industria-geram>. Acesso em: 7 jul. 2020.

GAÚCHAZH. Entidades empresariais contestam fechamento do comércio na bandeira vermelha. *Gaúcha ZH, online*, 2020. Disponível em: <tps://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/06/entidades-empresarias-contestam-fechamento-do-comercio-na-bandeira-vermelha-ckb-qwy8uk00030162b8moh5hh.html>. Acesso em: 7 jul. 2020.

KOCH, Vitor Augusto. *NOTA OFICIAL FCDL-RS*. Página fc dl-rs, 2020. Disponível em: <https://fc dl-rs.com.br/noticia-destaque/nota-oficial-fc dl-rs-devemos-combater-todas-as-pandemias-pela-flexibilizacao-do-decreto-no-55-154-de-1o-de-abril-de-2020/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

MATUS, Carlos. *Estrategia y plan*. Siglo XXI, 1998. MATUS, Carlos. Fundamentos do planejamento situacional. *Rivera FJU, organizadores*. Planejamento e programação em saúde: um enfoque estratégico. São Paulo: Cortez, 1989. p. 107-125.

MATUS, Carlos. O plano como aposta. *São Paulo em perspectiva*, v. 5, n. 4, p. 28-42, 1991.

SOPRANO, Fernanda. Protestos em Porto Alegre pedem reabertura do comércio e de academias. *Jornal do Comércio, Online*, 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2020/06/745145-protestos-em-porto-alegre-pedem-reabertura-do-comercio-e-de-academias.html. Acesso em: 7 jul. 2020.

ZAMBRANO, Killian. Referências para Conhecimento do Autor. In: GIA-COMMINI, Carlos Homero. *Introdução ao Pensamento de Carlos Matus*. Curso Interno do Instituto Municipal de Administração Pública. Curitiba: Prefeitura Municipal, 2008.